



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas

Públicas

Departamento de Administração

Matheus de Souza Pena Barbosa

Política pública de educação: uma análise da alocação do recurso público no Distrito Federal

Brasília – DF

2018

Matheus de Souza Pena Barbosa

Política pública de educação: uma análise da alocação do recurso público no Distrito Federal

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Professor Orientador: Caio Cesar de Medeiros Costa, Doutor

Brasília – DF
2018

Barbosa, Matheus de Souza Pena Barbosa

Política pública de educação: uma análise da alocação do recurso público no Distrito Federal. – Brasília, 2018.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração, 2018.

Orientador: Prof. Doutor Caio César de Medeiros Costa, Departamento de Administração.

1. Políticas Públicas. 2. Educação. 3. Recursos públicos

Matheus de Souza Pena Barbosa

Política pública de educação: uma análise da alocação do recurso público no Distrito Federal

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Matheus de Souza Pena Barbosa

Caio Cesar de Medeiros Costa, Doutor
Professor-Orientador

Olinda Gomes Lesses, Mestra
Professor-Examinador

Arnaldo Mauerberg Júnior, Doutor
Professor-Examinador

Brasília, 11 de dezembro de 2018

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo avaliar a alocação de recursos públicos no setor educacional. Esta pesquisa, de caráter quantitativo, elegeu o Distrito Federal para ser fonte do estudo. Foram utilizados como procedimentos metodológicos o levantamento de dados, com base em dados governamentais disponíveis por livre acesso e necessário a partir de pedido pela Lei do Acesso à Informação, afim de se ter dados de construção de escolar no período de 2014 até 2017 além de dados sociodemográficos necessários para as análises. Também foram analisados os resultados eleitorais do período para se relacionar com os demais dados. A partir disso foi realizada uma verificação do cumprimento dos prazos nas obras públicas, além de uma organização geográfica das mesmas. Os dados eleitorais foram utilizados para tentar relacionar estas obras à algum viés político e, para identificar a real necessidade das unidades escolares, foram utilizados a base de dados sociodemográficos. Os resultados demonstraram uma alocação de recursos públicos ineficiente, com diversos contratos parados esperando novas licitações, além de áreas que necessitam de unidades escolares com uma demanda maior sem nenhuma perspectiva de obra no período e uma distribuição falha por região administrativa nas obras executadas.

Palavras chave: Políticas Públicas, Educação, Recursos Públicos

ABSTRACT

The present dissertation aims to evaluate the allocation of public resources in the educational sector. This research, of quantitative character, chose the Federal District to be the source of the study. Methodological procedures were used to collect data, based on government data available for free access and required by request by the Law on Access to Information, in order to have data on school construction in the period from 2014 to 2017, as well as data sociodemographic data needed for the analyzes. It was also analyzed the electoral results of the period to relate to the other data. From this, a verification of the fulfillment of the deadlines in the public works was carried out, besides a geographic organization of the same ones. The electoral data were used to try to relate these works to some political interest and, to identify the real need of the school units, were used the sociodemographic database. The results showed an inefficient allocation of public resources, with several contracts stopped waiting for new biddings, and areas that need school units with a greater demand without any perspective of new schools in the period, and a faulty distribution in the executed constructions by each administrative region.

Keywords: Public Policies, Education, Public Resources

Lista de Ilustrações

Ilustração 1 - Condição Financeira dos Estados.....	10
Ilustração 2 - Evolução do Ensino Fundamental DF.....	14
Ilustração 3 - Situação das Obras das Escolas em 2017.....	17
Ilustração 4 - Emissão de ordens de serviço para execução de obras por ano.....	19
Ilustração 2 - Escolas por zonas eleitorais.....	20
Ilustração 3 - Distribuição das escolas por RA.....	21
Ilustração 4 - Habitantes por escolas em RA.....	22
Ilustração 5 - Distribuição percentual da população jovem do Distrito Federal segundo Regiões Administrativas.....	23
Ilustração 6 - Renda per capita por RA.....	24

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Contratos de construção de CPIs entregues ou em andamento em 2017.....	15
Tabela 2 - Contratos de construção de CPIs entregues ou em andamento em 2015 e 2016.....	17
Tabela 3 - Matrículas na Educação Infantil.....	25

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Contexto da Temática e Problema	1
1.2	Objetivo Geral	3
1.3	Objetivos Específicos	4
1.4	Justificativa.....	4
2	REVISÃO TEÓRICA	6
2.1	Pork Barrel e Swing and Core Voters.....	6
2.2	Alocação de Recursos	9
3	MÉTODOS DE PESQUISA.....	12
3.1	Amostra.....	12
3.2	Procedimentos	13
4	Resultados e Discussão.....	15
5	CONCLUSÕES.....	28
	REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contexto da Temática e Problema

A educação sempre foi um assunto muito discutido no ambiente político e econômico, mas atualmente tem tido maior apelo público principalmente pelos resultados que o Brasil tem perante os outros. O Brasil está na trigésima oitava posição do ranking de Educação de 40 países (THE LEARNING CURVE, 2014). Este estudo foi realizado pelo The Economist Intelligence Unit (EIU) e Pearson Internacional. São levados em consideração habilidades cognitivas e desempenho escolar a partir do cruzamento de indicadores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), também são usados dados educacionais de alfabetização e taxa de aprovação.

Em outro relatório, presente no Portal do Ministério da Educação, é possível analisar que o Brasil, entre os 35 membros da organização analisados, é um dos que menos gasta na educação básica por estudante. Está na vigésima nona posição, de 35, gastando anualmente \$3800 dólares por aluno no primeiro ciclo do ensino fundamental. A média de investimento, anual por estudante, nessa fase escolar pelos países participantes da OCDE, está em torno de \$8700 dólares, mais que o dobro do investimento realizado pelo Brasil (OCDE, 2017). Isto mostra a falta de investimento e alocação de recursos adequados e de forma eficiente na educação brasileira. A análise realizada da média de investimento expõe a situação atual, por mais que o Brasil, de acordo com o próprio relatório da OCDE aumentou consideravelmente de 2000 a 2011 e atualmente está entre os maiores investimentos dentre os países da OCDE e parceiros avaliados pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.

Acerca dos estudos realizados sobre a eficiência na alocação dos gastos públicos Vegas e Coffin (2015) afirmam existir uma associação positiva entre os países que investem a média por estudante dos países participantes da OCDE e o desempenho escolar educacional do país, além de fazer uma distinção entre eficiência e adequação, em que o Brasil aparece como um país que com baixo gasto

em educação e baixo desempenho educacional, assim como a Argentina e a Colômbia.

Com base nos estudos de investimentos e resultados educacionais, Zoghbi (2017) mostra a partir de um estudos resultados que indicam que no caso dos gastos por aluno, não há impacto estatisticamente significativo nos indicadores educacionais no 5º ano do Ensino Fundamental e há um impacto positivo de baixa magnitude no 9º ano do Ensino Fundamental, contudo a autora não afirma que não exista uma relação entre os investimentos financeiros e os indicadores educacionais, sendo necessário avaliar como os recursos são gastos pelos municípios.

Tendo exposto o relatório os estudos e conforme a Emenda Constitucional nº 59/2009 mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. Logo, o Brasil possui desde 2011 o PNE, Plano Nacional de Educação, presente na Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos.

No Distrito Federal, uma pesquisa do Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGO), houve um diagnóstico negativo da educação pública. Em 2013 os cofres públicos empenharam e liquidaram 82,1 milhões de reais dentro da categoria de investimento. Contudo, no calendário de 2015 o desembolso caiu para 28 milhões de reais. No ano de 2016 houve uma outra queda com o investimento do GDF na educação de 21,8 milhões de reais (SIGGO, 2017).

Na Constituição brasileira, no artigo 212 está presente que:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em um levantamento realizado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, no primeiro semestre de 2015 o gasto com educação foi abaixo do que é exigido pela Constituição Federal.

O Distrito Federal possui 592 escolas na rede pública em atividade até o ano de 2017. Destas, 267 unidades disponibilizam educação infantil, 523 oferecem

ensino fundamental e 90 de ensino médio. Há ainda as modalidades de educação profissional, 8 unidades, educação para jovens e adultos, 108 unidades, e educação especial que é oferecida em 235 unidades. (CENSO ESCOLAR – SE/DF, 2017)

Esta situação educacional exposta o presente trabalho tem por objetivo analisar a alocação dos recursos públicos e investimento na educação, se são realizados de forma adequada e eficiente. Pela facilidade ao acesso das informações foi escolhida como a região de estudo o Distrito Federal. Por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), foram coletadas todas as obras licitadas, em andamento e em conclusão, para construção de escolas públicas de ensino básico no Distrito Federal no recorte temporal de 4 anos, de 2014 a 2017.

Para o problema que é o baixo rendimento educacional brasileiro nos índices internacionais, é necessária uma análise mais efetiva dos dados e dos fatores que podem ser empecilhos nas execuções de obras e alguns conceitos que serão expostos. Para isso foram levantadas hipóteses de que existe um viés político na priorização das obras, para analisar se existe um enfoque de gastos públicos em políticas que geram mais votos, sendo então realizada uma georreferencia com base nos votos por região administrativa e da quantidade de contratos públicos para criação de escolas e se existe um padrão temporal nas execuções das obras. Com isso será possível saber se existe um viés eleitoral investimento Educacional do Distrito Federal ao longo destes cinco anos ou se está relacionado com problemas de gestão pública nas gestões dos contratos já existentes.

1.2 Objetivo Geral

Diante do contexto apresentado, o objetivo geral deste trabalho é descrever a atuação estatal em especial do Distrito Federal de modo a analisar possíveis fontes de gargalos na educação pública distrital.

1.3 Objetivos Específicos

Com o intuito de alcançar o objetivo geral deste trabalho, a pesquisa tem como objetivos específicos:

- a) Verificar o cumprimento dos prazos nas execuções das obras;
- b) Analisar por meio da georreferencia dos votos se existe um viés político na priorização das obras;
- c) Determinar se existe um equilíbrio na distribuição das escolas de acordo com a população e renda da região.

1.4 Justificativa

O objetivo deste estudo é que seja uma contribuição para uma possível análise de como os gestores públicos tem executado um dos pilares de desenvolvimento dos brasileiros. Um país de contingência continental, mas com uma educação básica, como mostrado nos índices, deixa a desejar em sua qualidade, ainda mais com o potencial financeiro que o país possui.

A educação é um âmbito de estudo de extrema importância pois além de ser um direito fundamental e faz parte do desenvolvimento de um país é também uma fonte de desenvolvimento individual. Um indivíduo com uma educação adequada possui diversos benefícios, desde um aumento da renda familiar e chances de se obter um emprego como aumento da satisfação individual, sendo seus impactos extensos. Logo é realizado este que avalia como os recursos públicos estão sendo alocados para esta área básica de cada indivíduo de uma sociedade.

Outros estudos podem mostrar o impacto que uma educação adequada e de qualidade pode ter em todos os âmbitos de uma sociedade. Além do caráter social, humanitário, o investimento na educação retorna um multiplicador de 1,57 de cada real investido para o PIB (IPEA, 2011).

Além do retorno financeiro e social que a educação provém para uma sociedade, a realidade da educação brasileira é alarmante. De acordo com o lançamento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que foi criado

em 2007 e é o principal indicador de qualidade de educação básica do país, pelo ministério da Educação e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O país não atingiu as metas nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

A pesquisa em questão traz novas perspectivas sobre a atuação dos gestores públicos acerca da alocação de recursos financeiros na educação básica. A começar pelo estudo estar direcionado exclusivamente para a realidade do Distrito Federal, que possui características peculiares regiões administrativas com padrão de renda e independência comercial distintas, sendo necessário uma análise para cada uma delas.

O trabalho dialoga com diversas fontes de informação e conceitos existentes a fim de que seja criado uma base de dados única. Um ponto até então não encontrado nos estudos para a alocação de recursos, fazendo a análise e diálogo das informações desde população, porcentagem de população jovem, renda e escolas já existentes para descobrir possíveis gargalos educacionais e a análise de possíveis justificativas para que no mesmo não possua uma estrutura adequada.

O trabalho analisa também a fim de exemplificar a realidade que a educação básica se encontra no Distrito Federal as obras em andamento e entregues nos últimos anos, a fim de perceber se as mesmas foram entregues no prazo, identificar o custo social que o atraso de uma obra pode implicar em determinadas localidades além de a partir delas, perceber se eram realmente necessárias de acordo com a localidade que as mesmas foram entregues a partir do diálogo das outras fontes de dados expostas ao longo do trabalho.

Os resultados a partir dos dados coletados para essa pesquisa possibilitarão uma noção mais clara qual o andamento e a efetividade dos investimentos educacionais e quais são os gargalos que impossibilitam uma melhor gestão dos contratos na ordem pública.

2 REVISÃO TEÓRICA

Para que seja possível entender os pontos a serem abordados será exposta uma revisão teórica acerca dos temas que serão abordados e utilizados para a discussão. Um ponto da literatura a ser abordado é do viés político na alocação de recursos e como forma de angariar votos, com os conceitos *pork barrel* e de *swing* e *core voters*. O último ponto é uma retrospectiva acerca da alocação de recursos público nos setores fundamentais da sociedade.

2.1 *Pork Barrel* e *Swing* and *Core Voters*

Pesquisas de literatura e autores discutem o viés político que as emendas podem proporcionar nas eleições. Autores como Ames (1995) existem efeitos positivos nas divisões de emendas nas eleições, contudo segundo Mesquita (2008) argumenta que o efeito na realidade é negativo e ainda há aqueles que argumentam, como Samuels (2002) que não há efeito algum nas urnas as emendas parlamentares. O estudo mais recente acerca do tema foi realizado por Viviane Sanfelice (2010), em que a autora realizou regressões com dados em painel utilizando diferentes especificações de efeito fixo, sem que houvesse efeitos das emendas. Para se discutir o viés político nas tomadas de decisões dos parlamentares será utilizado o conceito de *pork barrel*, que muitos autores consideram como uma forma política para angariar votos ou comprometer seu eleitorado a partir de suas emendas.

Um autor que comenta acerca do *pork barrel* é Mayhew (1974), que divide as práticas da vida política em seus interesses e atitudes em três tipos, sendo o que abrange o *pork barrel* o *credit claiming*, com suas duas sub-atividades: o *case works*, definido como trabalhos voltados a constituency do parlamentar como viagens e comícios, e, a atividade paroquial no parlamento, ou seja, a produção de leis que beneficiam diretamente a sua base eleitoral, o *pork barrel*. Logo este delimita que são políticas que visam premiar sua base eleitoral ou beneficiar algum grupo em específico de acordo com seus interesses. O autor Pennock (1970) completa que os efeitos do

pork barrel podem ser a ineficácia da distribuição dos recursos públicos e que muitos locais recebessem sem uma justificativa.

O conceito de *pork barrel* está sempre associado no Brasil ao voto pessoal, em que em seu sistema presidencialista, o chefe de estado é eleito pelo povo, por período de tempo determinado. É presidencialista porque o presidente da República é chefe de Estado e também chefe de governo. Está dividida em três poderes independente sendo eles o Legislativo, que elabora leis; o Executivo, que atua na execução de programas ou prestação de serviço público; e o Poder Judiciário, que soluciona conflitos entre cidadãos, entidades e o estado. No poder Legislativo se encontra a Câmara dos Deputados com sua representatividade baseada na sua população, com os 26 estados e o Distrito Federal elegendo 513 deputados.

No Brasil após o período militar foram realizados diversos estudo a fim de avaliar se o sistema eleitoral era seguro e idôneo, contudo os primeiros estudos foram pessimistas com visões de risco do presidencialismo multipartidário (Linz, 1994; Mainwaring, 1993) até o elevado estímulo do individualismo parlamentar (Ames, 1995, 2001; Mainwaring, 1993, 2001).

Uma das teses levantadas pelo *pork barrel* é a tese do distrito, sendo discutida por diversos autores. A tese do distrito relaciona ao desestímulo do *pork barrel* ao tamanho da localidade em que a está ocorrendo uma eleição. Logo quanto maior o distrito, em questões geográficas, populacional e quantidade de candidatos, menor seria o efeito e a possibilidade do *pork barrel* acontecer, sendo este o argumento de Lancaster (1986). Este argumento é debatido por Ames (1995, 2001), pois o mesmo indica que no caso específico do Brasil é possível a formação de distritos informais, em que apesar de grandes distrito eleitorais os políticos são capazes de blindar sua base eleitoral a fim de conseguir cultivar e focalizar suas energias na mesma.

Em um estudo mais recente realizado por Sanfelice (2010), a mesma não encontrou relações de emendas com os votos no seu modelo mais rigoroso, em outros modelos testado teve resultado positivo, pois é dado que as emendas teriam uma função a longo prazo com os municípios e não algo imediatista de votos.

Outros estudos que complementam o sistema de Pork Barrel são os conceitos de “swing” e “core voters”, que estão relacionados a como pode-se maximizar votos em

uma determinada localidade a partir de benefícios distribuídos entre as partes interessadas.

Para saber como os partidos políticos devem alocar seus recursos e aonde, foram criados dois modelos de estudos. O modelo dos eleitores de núcleo, “core voters”, liderado por Cox and McCubbins’ (1986) e dos eleitores balançados, “swing voters”, com Lindbeck and Weibull’s (1987).

Ambos os modelos visam duas partes competindo para ganhar uma eleição prometendo distribuir bens segmentáveis a vários grupos, caso sejam eleitos. Cox e McCubbins argumentam que as partes que maximizam o voto vão alocar benefícios distributivos principalmente para os seus eleitores acertados, enquanto Lindbeck e Weibull’s argumentam que a maximização dos votos se vem pelos eleitores que ainda não possuem sua certeza.

Uma resposta que incorpora a lógica do “swing voter” vem de Stokes (2005, p. 317), que diz :

“Eleitores predispostos em favor de um partido ou em fundamentos programáticos (isto é, seus principais eleitores) não podem ameaçar punir sua parte favorecida caso o mesmo tenha recompensas. Portanto, o partido não deve desperdiçar recompensas neles.”

O debate acerca dos “core” e “swing voters” é importante para a compreensão de como e quais partes representam. Se as partes se concentrarem exclusivamente na persuasão, e, portanto, atingirem eleitores indecisos, é difícil ver como poderiam ser agentes confiáveis de seus eleitores de base. Eleitores de base não poderiam ameaçar punir seu partido, porque a estratégia de maximização voto do partido se concentra exclusivamente em persuasão e os eleitores de base são, por definição já convenceu. Em contraste, se as partes se concentram principalmente na articulação e mobilização, e, portanto, direcionar os eleitores do núcleo nos membros eleitorado e do partido na assembleia, há muito menos tensão entre os objetivos de maximização de votos e servir os interesses dos eleitores do núcleo.

2.2 Alocação de Recursos

A educação é um dos direitos sociais, assim como a saúde e habitação, conforme estipulado pela Constituição 1988. É competência dos municípios com a contribuição técnica e financeira da União e do Estado a manutenção dos programas de educação infantil e de ensino fundamental e a prestação de serviços de atendimento à saúde da população. No caso do Distrito Federal, fica ao cargo do governador a manutenção dos programas sociais. Acerca do tema Teixeira (1999) afirma que o direito básico da educação seja atendido é necessário a manutenção de um sistema de escolas públicas e gratuitas, de forma universalizada, que ofereça o mínimo de educação necessário.

Como já citado na Introdução deste estudo, o artigo 212 da Constituição Federal determina a competência de cada ente federativo perante a educação e estabelece o percentual dos gastos com esse serviço. Assim, os estados e municípios são obrigados a aplicar em educação 25% de suas receitas de tributos e transferências, contra 18% do governo federal. O tributo é definido pelo Código Tributário Nacional (CTN) que diz que o tributo é toda prestação pecuniária compulsória em moeda, ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, conforme seu art. 3. Além disso, a Lei no 9.424/96 definiu que o financiamento da educação pública no Brasil passou a ser feito pela FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Através do FUNDEF passa-se a promover a descentralização dos gastos com a garantia dos recursos.

Para entender as alocações de recursos públicos, é necessário passar pela história nas reformas orçamentárias que o país passou, desde a primeira por volta da década de 60 até a terceira reforma orçamentária que começou por volta dos anos 80 do século passado, que aconteceu de um âmbito internacional, sendo o novo modelo com o objetivo de mais modesto ter ficado conhecido como a nova administração pública. No Brasil o movimento chegou por volta de 1995 com o intuito de implementar a administração pública gerencial e retirar a burocrática, com a aprovação do Plano Diretor da Reforma do Estado.

Para Araújo (2010), as características da nova administração pública referem-se a:

“Ações do estado cada vez mais próximas do setor privado – racionalização de estrutura e procedimentos, revisão dos processos de tomada de decisão, incremento da produtividade, aplicação da tecnologia da gestão privada nas organizações públicas, focalização dos resultados organizacionais e incentivos do mercado, presunção sobre maior eficiência do setor de incremento de responsabilidade de quem administra os serviços públicos e de maior autonomia para o atendimento das demandas. O ponto de chegada é um estado que funcione com economia, eficiência e eficácia” (ARAÚJO, 2010, p.23).

Com a mudança do escopo de planejamento na administração pública, começou a se levar em consideração a eficiência de gastos, tanto quanto sua eficácia e efetividade, sendo estes princípios que estão presentes na Constituição no art. 37 para qual a União, Estados, Distrito Federal e municípios deverão seguir. Para que se tenha um equilíbrio entre as contas, Diniz, Macedo e Corrar (2012, p. 8) definem em um quadro o que seria a condição financeira de um Estado:

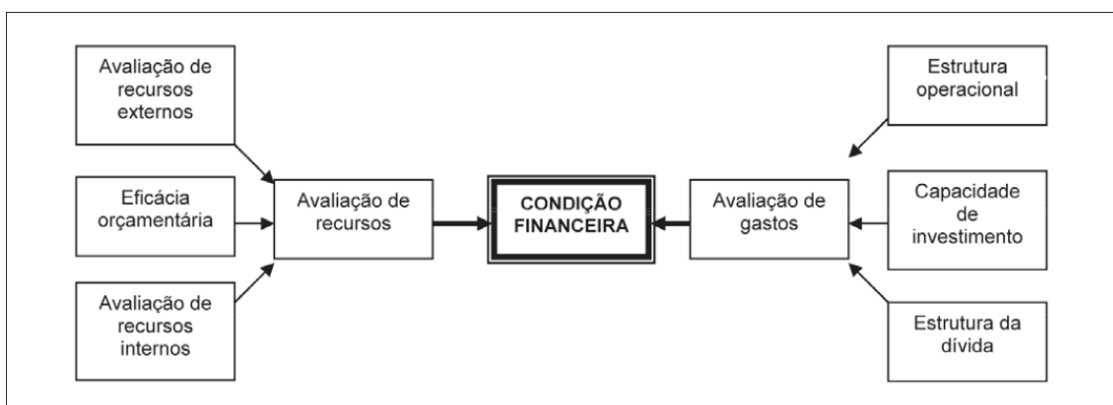


Figura 1: Condição Financeira dos Estados

Fonte: Diniz, Macedo e Corrar (2012, p. 8).

Para Arretche (2001), a importância da avaliação de eficiência para o planejamento e gestão das políticas reside na possibilidade de dar ao gasto público melhor alocação e uso mais racional. Estados que busquem ter uma maior eficiência em

seus investimentos, tem em seu radar a verificação constante de sua situação financeira para sua gestão pública, podendo verificar se a alocação de recursos públicos pelos gestores está sendo realizada do modo correto. Segundo Farenzena (2010, p. 14):

“A trajetória mais recente da (re)distribuição dos gastos federais em Educação Básica é de uma evolução positiva no montante de recursos, nos critérios de repartição e inserção na coordenação federativa, mas ainda bastante aquém de efetivar os objetivos traçados para a função redistributiva da União.”

Acerca de estudos que disponham de análises da eficiência e desempenho do governo brasileiro na alocação de recursos públicos há o estudo de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005) que produziram escores de eficiência a partir de uma análise estatística de dados dos municípios brasileiros. Os autores na amostra encontraram poucos municípios com eficiência de alocação de recursos públicos e chegaram a conclusões para explicar certas ineficiências. Um dos pontos é a proliferação de regiões administrativas nos municípios que devido a grande população e terreno geográfico para gestão diminui a eficiência além das questões socioeconômicas, em que locais mais urbanizados possuem um nível de eficiência maior que os rurais.

3 MÉTODOS DE PESQUISA

Neste tópico, será tratado o modo que o estudo proposto foi realizado. Do ponto de vista dos objetivos a pesquisa é considerada descritiva, pois de acordo com Gil (1991) visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, além de envolver coleta de dados para a análise. Com isso, se tem uma preocupação na atuação prática do problema levantado. Da forma de abordagem do problema, é considerada quantitativa, pois analisa conforme os dados a alocação dos recursos públicos no setor educacional no Distrito Federal e suas relações a partir de variáveis.

3.1 Amostra

Para que fosse possível a realização do estudo, foi necessário levantar todos os dados necessários relativos aos problemas para se analisar a alocação dos recursos públicos na educação do Distrito Federal. Os levantamentos de dados utilizaram bases de dados de livre acesso aos cidadãos e acesso as informações a partir de pedidos específicos com base na Lei de Acesso à Informação.

Os contratos públicos de construção de escolas primárias no período de 2015 a 2017 foram conseguidos a partir de um pedido realizado para a Secretaria de Educação do Distrito Federal, realizada por meio da plataforma governamental online de solicitações da Lei de Acesso à Informação, em que com o pedido feito foi analisado quais dados poderiam ser disponibilizados e entregues. Foram entregues planilhas para cada ano que continha as escolas construídas e as em construção, com sua porcentagem de construção, além da data da ordem de serviço de início e a empresa responsável. Foram incluídos contratos com obras com ordem de serviço emitidas e entregues de 2015 até o período do pedido de 2017 em abril. neste ponto a pesquisa tem um recorte temporal transversal, pois a coleta de dados foi operada em um período único (BAUER; GASKELL, 2002).

A análise a partir do problema levantado do viés eleitoral que a alocação de recursos pode ter levantou a necessidade de averiguar o resultado das eleições a partir

das zonas eleitorais para que fosse possível realizar a análise por Regiões Administrativas, por isso foram consultadas as zonas eleitorais do Distrito Federal a partir da plataforma do Tribunal Superior Eleitoral em que foi levantado, por zona, o vencedor para o cargo de Governador no segundo turno.

A quantidade de unidades escolares por localização foi levantada a partir do Censo Escolar de 2017 emitido pela Secretaria de Educação do Distrito Federal. Outras bases de dados foram necessárias para as análises dos problemas levantados, sendo elas a faixa etária por população e o perfil de renda de cada Região Administrativa, foram coletadas a partir dos relatórios anuais emitidos pela Codeplan.

3.2 Procedimentos

Como forma de realizar esta pesquisa, foram realizadas etapas da pesquisa quantitativa, que descrevem os procedimentos para a sua realização, indicando o caminho para se atingir o objetivo. Cada etapa é construída com os instrumentos de coleta de dados, das fontes de pesquisa, organização do material, construção de banco de dados, com os resultados e, finalmente, com a tabulação dos dados. As etapas do presente trabalho desde sua parte teórica até suas consultas as bases de dados seguiram os seguintes passos:

- 1) Definição e organização das fontes de pesquisa, tendo em vista aspectos teóricos e metodológicos;
- 2) Fundamentação Teórica – Leituras exploratórias e interpretativas da base teórica;
- 3) Consulta ao banco de dados de contratos públicos de construção de escolas da Secretaria da Educação por meio de um pedido realizado pela Lei do Acesso à Informação em abril de 2018, o qual forneceu os contratos públicos firmados de 2014 até 2017, em formas de planilhas;
- 4) Consulta ao banco de dados da Secretaria de Educação do Distrito Federal que forneceu os dados de quantidade de escolas existentes por cada região administrativa;

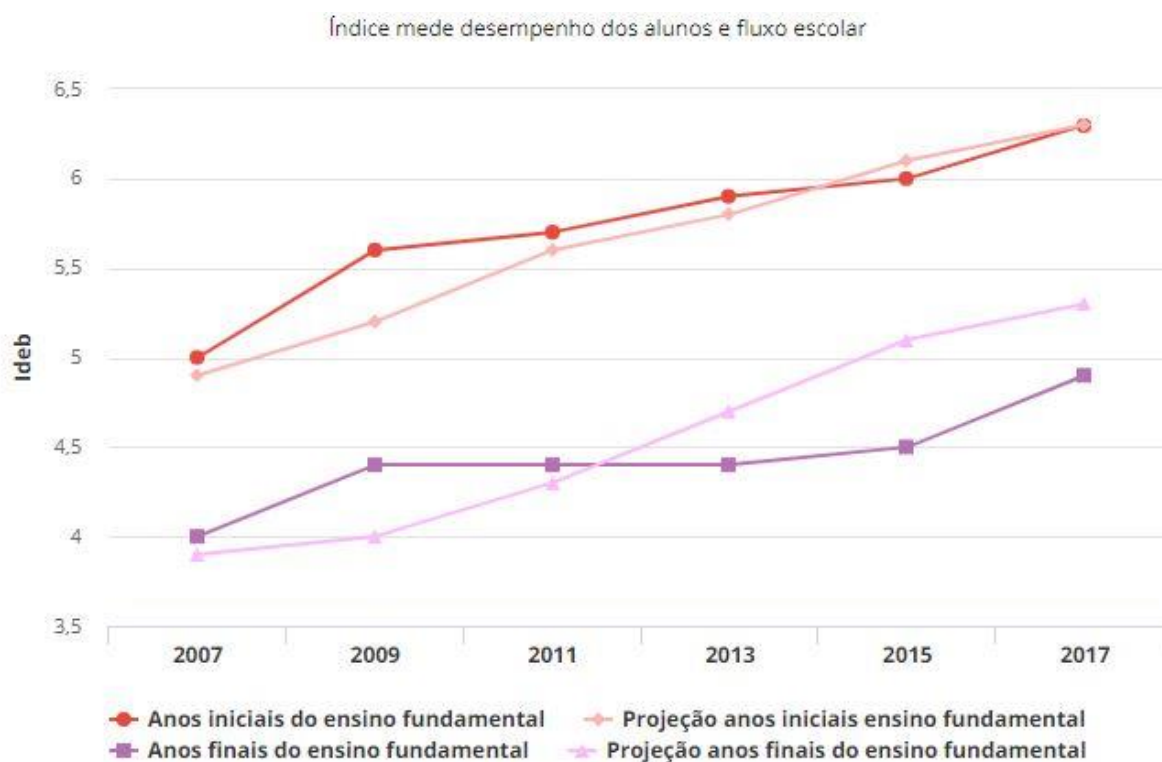
5) Análise e organização dos dados demográficos e sociais fornecidos pela Codeplan que identificaram a população, a renda per capita e porcentagem de cada faixa etária por cada região administrativa;

6) Consulta dos resultados eleitorais de 2014 e organização das regiões administrativas do Distrito Federal por zonas eleitorais para as análises de relação do viés eleitoral, de acordo com os dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral;

07) Tratamento dos dados obtidos para o processamento, construção dos gráficos e análise descritiva.

4 Resultados e Discussão

O objetivo deste trabalho é fazer uma avaliação das políticas pública de alocação de recursos educacionais no Distrito Federal, por isso será tratado antes como está a realidade da educação básica no DF. Uma das justificativas para este trabalho já foi notada pelo Ministério Público ao fazer um pedido ao Tribunal de Contas pedindo explicações à Secretaria de Educação acerca do motivo de determinadas microrregiões de algumas regiões administrativas não possuírem nenhuma escola, sendo necessário um grande descolamento populacional para ter acesso ao ensino básico. O Ministério Público solicitou também uma auditoria a fim de verificar a real necessidade de escolas em determinados locais e a possível demanda em outras regiões. A falta de escolas em algumas regiões vai ao encontro com a baixa qualidade do ensino educacional nas metas que o governo propôs a ser seguida até 2021 e avaliada e forma bienal avaliadas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), como segue a evolução das notas do DF no ensino Fundamental.



Fonte: Inep

Figura 2: Evolução do Ensino Fundamental DF

Os resultados mostram que nos anos finais do ensino fundamental o DF continua abaixo da média enquanto atingiu a média nos anos iniciais. Quando avaliado o ensino médio no sistema educacional do DF, o mesmo não atinge a meta proposta há alguns ciclos bienais. Por mais que os resultados estejam abaixo do esperado o DF, ao contrário dos outros estados brasileiros, apontou um aumento na demanda de alunos em escolas públicas de acordo com o Censo Escolar de 2017.

Para avaliar a realidade apresentada, nesta seção será realizada a análise e a discussão para verificar a alocação dos recursos públicos no setor educacional com base em todas as bases de dados e relações que foram levantadas neste estudo. A primeira parte será destinada a analisar os contratos públicos de construção de Centros de Primeira Infância no Distrito Federal no período de 2015 até 2017. A análise consistirá em pontos como: prazo de execução, localidade da obra além de outras questões sistemáticas.

A primeira tabela se refere aos contratos de obras públicas entregues ou em andamento no ano de 2017.

RA	METRAGEM DA OBRA	O.S	EMPRESA	VALOR DA OBRA	% EXECUTADO
IV- Brazlândia	1.211,92 m2 (área construída)	25/2014	Diamante	R\$ 2.499.477,76	100%
XII- Samambaia	1.211,92 m2 (área construída)	87/2014	Manchester*	R\$ 2.625.274,93	15%
XII- Samambaia	1.211,92 m2 (área construída)	107/2014	Anglo	R\$ 2.701.448,46	100%
XII- Samambaia	1.211,92 m2 (área construída)	95/2014	Bloco*	R\$ 2.525.570,55	58%
XII- Samambaia	1.211,92 m2 (área construída)	89/2014	Manchester*	R\$ 2.820.537,73	14%
XVIII- Lago Norte	1.211,92 m2 (área construída)	105/2014	Manchester*	R\$ 1.028.766,40	11%
XXVI- Sobradinho II	1.211,92 m2 (área construída)	99/2014	Mevato	R\$ 2.537.425,28	95%

XII- Samambaia	1.211,92 m2 (área construída)	29/2017	Infraengeth	R\$ 2.163.094,97	55%
XII- Samambaia	1.211,92 m2 (área construída)	40/2017	Planarte	R\$ 2.894.082,09	12%
IX- Ceilândia	1.211,92 m2 (área construída)	46/2014	EBO*	R\$ 2.566.592,74	3%
XII- Samambaia	1.211,92 m2 (área construída)	36/2017	3 Irmãos	R\$ 2.756.426,47	9%
IV- Brazlândia	1.211,92 m2 (área construída)	31/2017	Anglo	R\$ 3.050.347,24	41%
XII- Samambaia	1.211,92 m2 (área construída)	38/2017	3 Irmãos	R\$ 2.790.769,83	11%

Tabela 1: Contratos de construção de CPIs entregues ou em andamento em 2017

Fonte: Secretaria de Educação do Distrito Federal

Alguns pontos prévios são importantes para a análise são importantes para o entendimento da discussão. De acordo com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, todas os contratos celebrados de obras de Centro de Primeira Infância possuem o mesmo modelo, logo com a mesma metragem e todos tendo o mesmo prazo de execução das obras, de 14 meses.

Como visto na tabela acima, alguns pontos são relevantes antes que seja analisado o triênio de 2015 até 2017. As empresas demarcadas em negrito e com um asterisco são obras paradas, todas com ordem de serviço emitidas em 2014, mas que são necessárias novas licitações e por isso não puderam ser concluídas. A Secretaria de Educação ao conceder as informações por meio da Lei do Acesso à Informação não informou em que estado a nova licitação estava para que a obra pudesse ser concluída e nem o porquê das empresas em questão não estarem aptas a continuarem a execução do contrato mesmo após a homologação do mesmo. Outro ponto é a reincidência de contratos e obras paralisadas com necessidade de novas licitações quando se trata da construtora Manchester, mas novamente não foi possível averiguar com as informações concedidas os motivos das paralisações.

Na tabela acima há dados de obras com 100%, isso mostra que em 2017 a construção foi entregue à população, sendo analisada a data de início a partir de sua ordem de serviço. As demais obras que possuem porcentagens de andamento distintas

são todas as outras obras em andamento que até o ano de 2017 não foram entregues ou por atraso do contrato ou por necessidade de uma nova licitação.

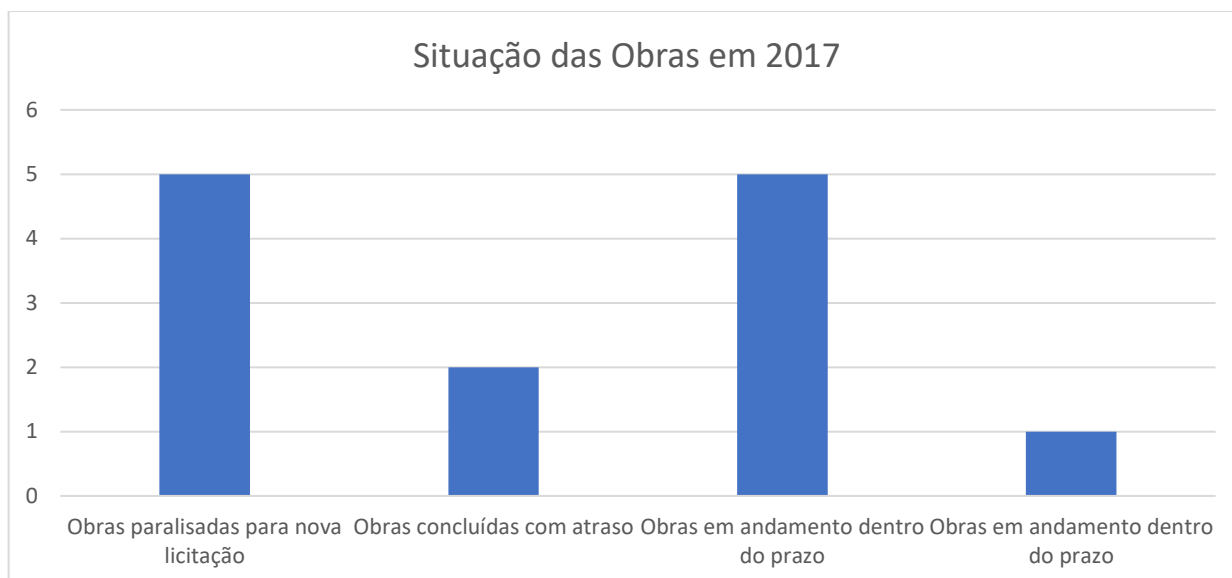


Figura 3: Situação das Obras das Escolas em 2017
Fonte: Autor, 2018

Todas as obras, por possuírem um projeto semelhante e uma metragem construída igual, tendem a ter um padrão, com desvios de caso para caso, de um valor da obra estipulado. Contudo, em uma das obras paralisadas e com a necessidade de uma nova licitação, o valor projetado para a obra, com os mesmos moldes para as demais, foge do padrão de investimentos, contudo não foram disponibilizadas informações para análise que pudessem chegar a uma conclusão da discrepância de valores presente no contrato em específico.

A seguir será apresentada a tabela com as obras entregues em 2015 e 2016 com comentários em específico para depois analisar a efetividade dos contratos de uma forma geral:

RA	METRAGEM DA OBRA	O.S	EMPRESA	VALOR DA OBRA
XX- Águas Claras	1211,92 m ² (área construída)	80/2013	Técnica	R\$2.644.490,42
IV- Brazlândia	1211,92 m ² (área construída)	114/2013	CIFRAN	R\$2.450.900,16
I- Plano Piloto	1211,92 m ² (área construída)	165/2013	Marinho	R\$2.630.286,86
Águas Claras	1211,92 m ² (área construída)	160/2013	EBO	R\$2.432.659,04
IX- Ceilândia	1211,92 m ² (área construída)	76/2013		R\$2.674.903,89
XVIII- Lago Norte	1211,92 m ² (área construída)	137/2013	Manchester	R\$2.633.326,78
XII- Samambaia	1211,92 m ² (área construída)	1411/2013	Bloco	R\$2.555.998,81
XII-Samambaia	1211,92 m ² (área construída)	101/2014	Infraengeth*	R\$2.613.467,33
IV- Brazlândia	1211,92 m ² (área construída)	59/2014	Anglo*	R\$2.543.598,51
XVIII- Lago Norte	1211,92 m ² (área construída)	88/2013	Gonar	R\$2.609.000,00
XII- Samambaia	1211,92 m ² (área construída)	93/2014	Sollar	R\$2.676.256,88
XI- Recanto das Emas	1211,92 m ² (área construída)		Impar*	R\$ 2.892.731 ,31

Tabela 2: Contratos de construção de CPIs entregues ou em andamento em 2015 e 2016

Fonte: Secretaria de Educação do Distrito Federal

Os asteriscos nesta tabela se referem a obras que foram entregues no ano de 2016. Outras questões que impossibilitaram uma melhor análise são a falta de pequenas informações disponibilizadas na base de dados da Secretaria de Educação, como a empresa responsável e a ordem de serviço da obra.

A primeira análise com relação aos contratos de construção é com relação ao prazo. Por todas possuírem o mesmo modelo, foi informado pela Secretaria que também possuem o mesmo prazo de execução, sendo de 14 meses para conclusão a partir da ordem de serviço. Como visto na Tabela 2, alguns contratos ainda estão em andamento, mesmo com ordem datados em 2014. Pelos anos é possível analisar em determinados casos com certeza se foi entregue fora do prazo inicialmente estipulado ou não. Das 25 ordens de serviço emitidas para construção das unidades escolares, a única que pode se enquadrar no prazo foi da ordem de serviço 93/2014, entregue em 2015. Esses atrasos demonstram uma falha na gestão de contratos públicos, que implicam em novos gastos seja para, retomar obras paralisadas, realizar novas licitações e os custos indiretos de não possuir um sistema educacional na região.

Por meio da análise dos projetos, é possível analisar um padrão temporal da emissão das ordens de serviço (O.S), das 25 emitidas sendo nos anos de:

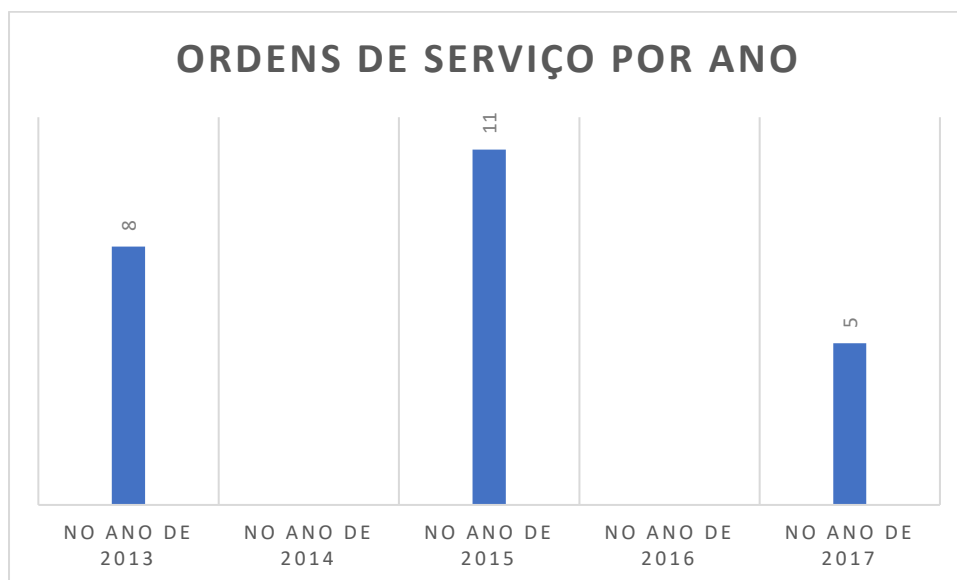


Figura 4: Emissão de ordens de serviço para execução de obras por ano
Fonte: Autor, 2018

Foram disponibilizados para análise 25 obras, contudo em uma delas não foi incluído a data da ordem de serviço, logo não entra no cálculo da distribuição por anos. Esta distribuição temporal agrega uma outra análise e hipótese levantada por esta pesquisa que é a do viés político nas construções de unidades escolares. Pois 2013 é um ano anterior ao de eleições, o ano de 2014 um ano eleitoral e da mesma forma com 2017 um ano anterior as eleições de 2018. Com essa análise acerca das datas das ordens de serviço foi analisado junto aos dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral o resultado das zonas eleitorais do Distrito Federal para tentar uma correlação a partir das obras entregues ou em construção, a partir dos conceitos de pork barrel e “swing and core voters”.

O Distrito Federal possui 21 Zonas Eleitorais, enquanto possui 31 Regiões Administrativas. Para analisar a inauguração das escolas no período foi elaborado um gráfico com as unidades devidamente adequadas as suas zonas eleitorais.

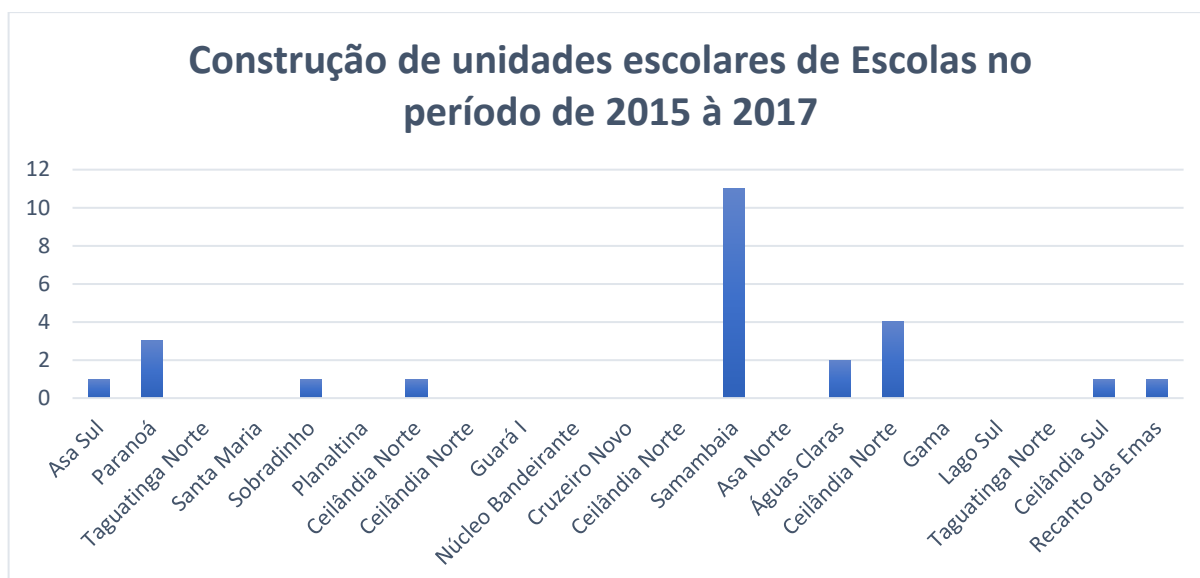


Figura 5: Escolas por zonas eleitorais.
Fonte: Autor, 2018

Conforme análise do gráfico, diversas zonas eleitorais ficaram sem, nesse período, alguma obra entregue ou em andamento de unidades escolares. As obras se dividem em 9 das 21 zonas eleitorais, destas o governador eleito para o Distrito Federal possui obras que foram entregues ou em andamento durante a gestão em 4 das zonas. Das 25 obras, 18 se encontram em zonas eleitorais em que o governador não possuiu a maior quantidade de votos, indo ao encontro da teoria proposta por Ames (1995, 2001), pois o mesmo indica que no caso específico do Brasil é possível a formação de distritos informais, no caso do Distrito Federal os distritos informais que englobam cada zona eleitoral e suas respectivas regiões administrativas, a fim de que fosse possível um esforço para conquistar espaço por meio da execução dos contratos.

Além das questões eleitorais levadas em questão para a análise, foi levantada se a real necessidade das escolas nas Regiões Administrativas (RA) nas quais estas foram delimitadas para se ter uma. Como visto na Figura 5, a zona eleitoral de Samambaia, que enquadra a RA de Samambaia por completo, possui um total de 11 obras em andamento ou entregues no recorte analisado. A imagem a seguir mostra no mapa do Distrito Federal a distribuição das escolas de acordo com as tabelas por cada RA.



Figura 6: Distribuição das escolas por RA

Fonte: Autor, 2018

Para entender se as regiões que receberam as unidades escolares eram realmente necessárias de acordo com sua população, foi realizado um cálculo de relação com base na população de cada região com as unidades escolares já presentes. Os dados da população foram levantados a partir do relatório anual da CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal) e com as unidades escolares presentes no Senso Escolar de 2017 da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

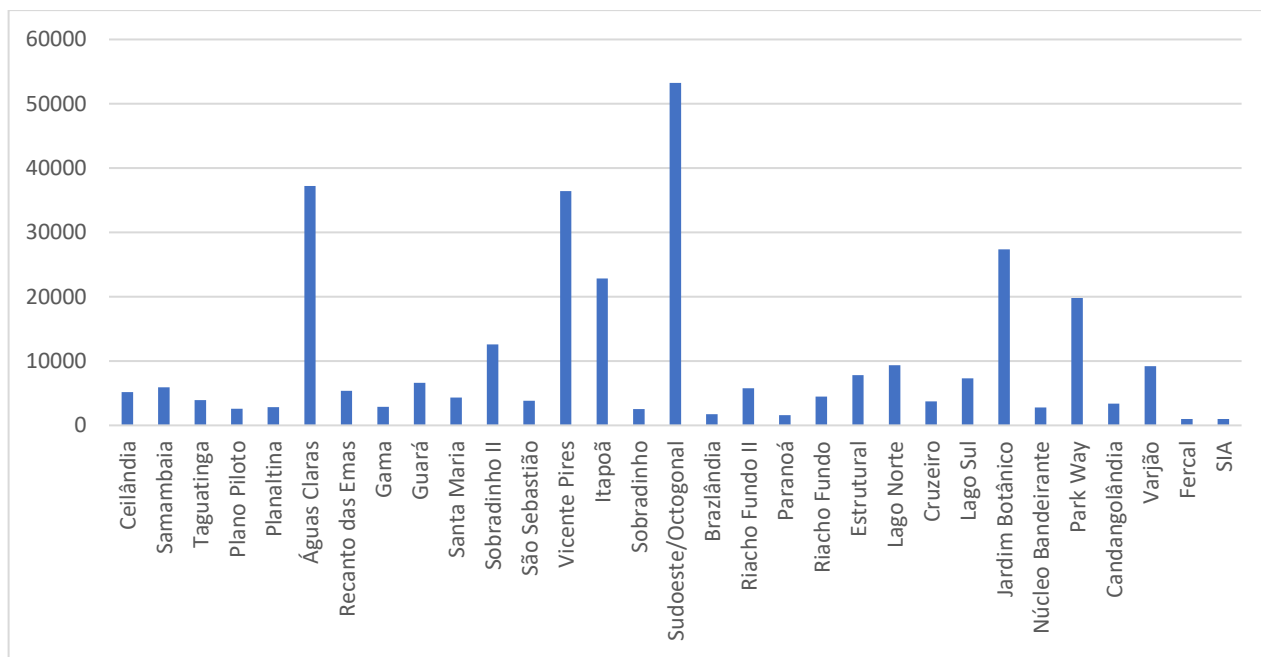


Figura 7: Habitantes por escolas em RAs

No gráfico presente na Figura 7, pode-se analisar quanto maior for a barra azul, maior são a quantidade de habitantes para que se tenha uma unidade escolar pública. Alguns casos serão pontuados, considerando os extremos. A situação do Sudoeste/Octogonal é a que mais chama a atenção dentre as 31 RAs no Distrito Federal, porque dentre toda a região, há apenas uma escola pública. A população de Águas Claras tem a sua disposição apenas 4 escolas públicas, para quase 150 mil habitantes. Como visto nas análises das construções das escolas no período de 2015 até 2017, a região de Samambaia liderava a lista de obras entregues ou em construção, com 11 ao total. Contudo, ao verificar a relação entre população e escolas já presentes na região, esta se encontra na média de outras regiões como Ceilândia e Recanto das Emas, por exemplo. Outras regiões apresentam uma necessidade maior a partir da relação apresentada. Tendo em vista possuir uma assertividade maior com relação ao estudo, foi verificado o perfil etário de cada região para analisar a implantação das unidades escolares, dessa forma regiões que possuíssem um maior índice na relação de habitantes por escolas mas que o perfil etário da região não fosse predominante do perfil estudantil, não seria necessária a construção de escolas no local. Para isso foi utilizado o levantamento do perfil de idade realizado pela CODEPLAN entre os anos de 2015 e 2016 de todas as 31 regiões do Distrito Federal.

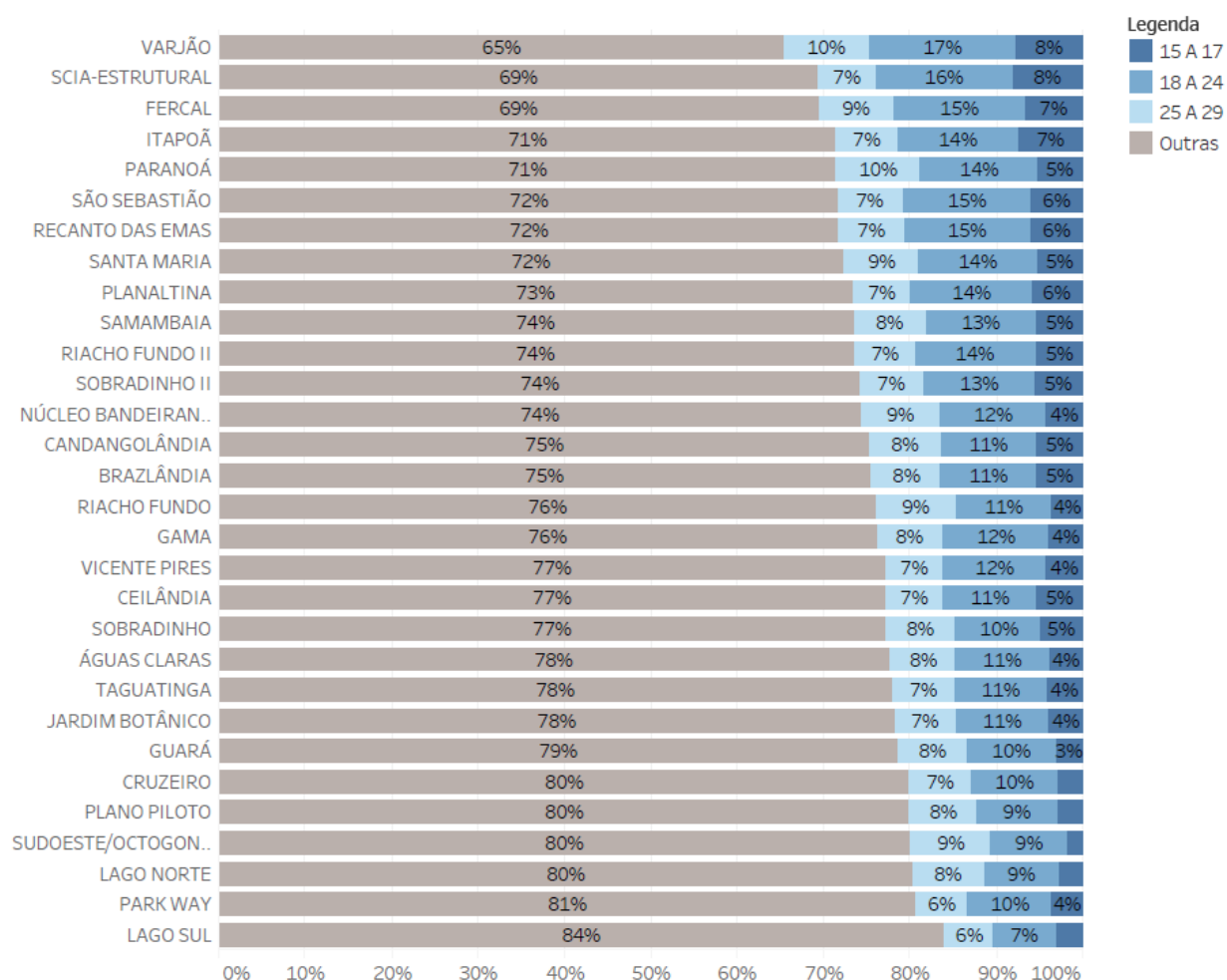


Figura 8: Distribuição percentual da população jovem do Distrito Federal segundo Regiões Administrativas

Fonte: Codeplan - PDAD - 2015/2016

Os dados com relação a faixa etária, por mais que haja uma diferença de uma região administrativa para outra, não é conclusivo o suficiente para indicar a diferença que é vista na relação entre habitantes e escolas nas regiões. Tendo em vista isto, foi realizado um levantamento sobre o perfil de renda per capita de cada região, para tentar identificar se RAs com uma maior renda per capita tem relação direta com a construção de escolas públicas. O levantamento de dados foi utilizado com o relatório anual da CODEPLAN de 2015, que indica por cada uma das 31 RAs qual a renda per capita, possibilitando a análise em questão.

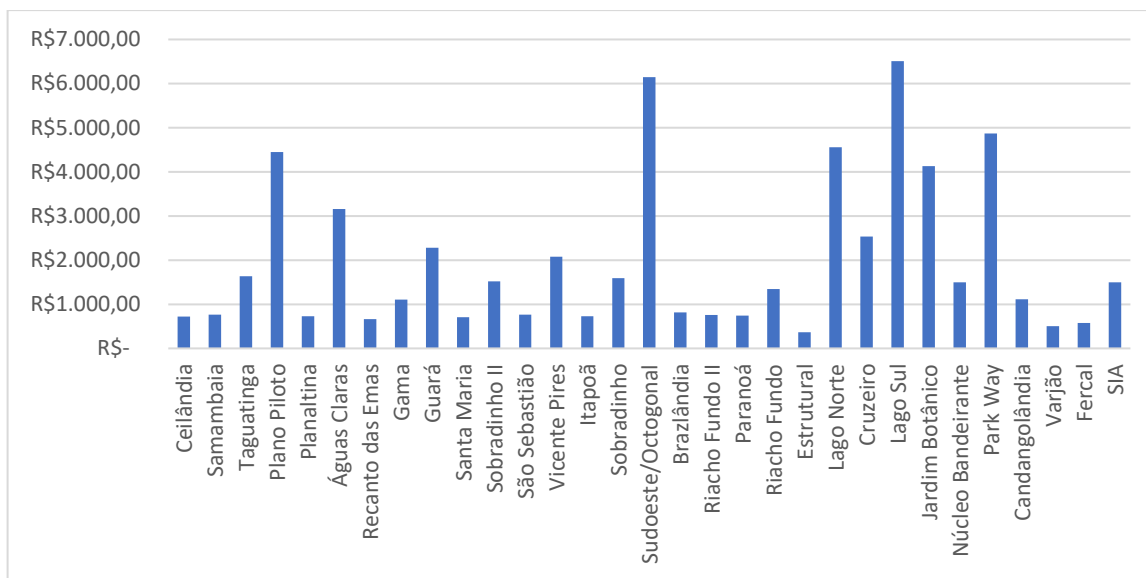


Figura 9: Renda per capita por RA

Fonte: Autor, 2018

A tabela com as rendas per capita de cada RA auxilia a entender o perfil de distribuição das escolas públicas no Distrito Federal, mas deixa claro outros pontos a seguir por esta análise que estão em estado de preferência de novas instalações.

O caso comentado do Sudoeste/Octogonal ter o maior índice de habitantes por escolas, isso quer dizer, apenas uma escola para a região inteira, se segue também de ser a segunda região com a maior renda per capita do Distrito Federal. Outras regiões que também apresentam um alto índice de habitantes por escolas e que também se relacionam com seus perfis de renda per capita são Vicente Pires, Águas Claras, Jardim Botânico e Park Way. Contudo, a seguir por esta análise, uma região com uma das menores rendas per capita também possui um índice muito alto de habitantes por escolas públicas, como é o caso do Itapoã, isso questiona a necessidade de uma unidade escolar na região.

A ineficiência da alocação dos recursos educacionais para avaliar o planejamento da gestão pública de acordo com Arretche (2001), gera custos sociais para o Distrito Federal. A partir dos dados e análises realizados neste trabalho, será exposto a última tabela disponível na Secretaria de Educação do DF com dados de 2017 que aponta pedidos de matrículas em serviços básicos educacionais que não foram atendidos, dessa forma é possível perceber se realmente a distribuição das escolas está sendo realizada de forma a beneficiar e facilitar o acesso à população ou há um custo para a

população que não possui em sua região uma escola sendo necessário o deslocamento e quando há a construção de uma obra o impacto que pode causar nas pessoas que não possuem ainda o acesso.

1º Período - Educação Infantil - Regular - Diurno

CRE	Contemplado s	Não contemplados	Porcentagem de contemplamento
CRE - Brazlândia	411	0	100%
CRE - Ceilândia	2955	495	86%
CRE - Gama	640	0	100%
CRE - Guará	723	54	93%
CRE - Núcleo Bandeirante	918	0	100%
CRE - Paranoá	242	746	24%
CRE - Planaltina	1497	0	100%
CRE - Plano Piloto e Cruzeiro	1268	0	100%
CRE - Recanto das Emas	488	624	44%
CRE - Samambaia	1380	0	100%
CRE - Santa Maria	863	0	100%
CRE - São Sebastião	843	144	85%
CRE - Sobradinho	1135	0	100%
CRE - Taguatinga	1569	0	100%

2º Período - Educação Infantil - Regular - Diurno

CRE	Contemplado s	Não contemplados	Porcentagem de contemplamento
CRE - Brazlândia	67	0	100%
CRE - Ceilândia	813	201	80%
CRE - Gama	198	0	100%
CRE - Guará	282	207	58%
CRE - Núcleo Bandeirante	233	0	100%
CRE - Paranoá	253	273	48%
CRE - Planaltina	903	0	100%
CRE - Plano Piloto e Cruzeiro	424	0	100%
CRE - Recanto das Emas	874	0	100%
CRE - Samambaia	483	0	100%
CRE - Santa Maria	229	0	100%
CRE - São Sebastião	338	27	93%
CRE - Sobradinho	288	0	100%
CRE - Taguatinga	413	0	100%

Tabela 3: Matrículas na Educação Infantil

Fonte: Secretaria de Educação do Distrito Federal

A partir da tabela é possível perceber 3 regiões administrativas que de forma mais expressiva não conseguiram atender toda a demanda de educação infantil que a região possuía, sendo elas Ceilândia, Recanto das Emas e Paranoá.

No caso do Paranoá, para as demandas de Ensino Infantil do primeiro ano, apenas 24% dos pedidos foram atendidos, restando para aos alunos que não foram atendidos a necessidade de procurar uma escola em outra região administrativa. Os dados dos alunos que conseguiram vagas de estudo no ensino infantil público no segundo ano no Paranoá são de 48%, melhores que os comparados ao do primeiro ano contudo ainda preocupantes. O Paranoá a região administrativa do Distrito Federal que possui a maior quantidade de escolas públicas em locais considerados rurais comparado ao total de escolas da região, demonstrando que devido a sua extensão é necessária uma alocação melhor das escolas a partir da demanda populacional. Conforme analisado anteriormente, o Paranoá é uma das regiões com uma das menores rendas per capita do Distrito Federal e com um dos menores índices da relação de população com escolas, demonstrando que para o nível populacional existe uma quantidade numerosa de escolas, porém não o suficiente para a demanda de alunos.

A região do Recanto das Emas e do Guará possuem situações semelhantes, porém em pedidos de anos distintos. No Guará, próximo da metade dos alunos que solicitaram vagas nas escolas infantis no segundo ano foram atendidas, situação que não se repete no primeiro ano infantil, em que todas que demandaram conseguiram ser contempladas. A situação no Recanto das Emas é diferente, pois menos da metade dos alunos que solicitaram para o primeiro ano da escola infantil foram contempladas, enquanto no segundo ano todas obtiveram sucesso no pedido. Um caso do Recanto das Emas é que no período analisado, houve uma construção de uma unidade escolar infantil para a região, que já foi entregue, contudo a mesma sofreu um grande atraso conforme o período estipulado, impactando ainda mais a população do local. Tendo em vista que os dados fornecidos foram de 2017 para a utilização das vagas em 2018 a escola, que foi entregue em 2016, ainda não é o suficiente para suprir a demanda do local.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo teve por objetivo analisar a alocação dos recursos públicos no setor educacional do Distrito Federal, verificando os contratos celebrados por meio de licitações em um corte temporal de 2015 até 2017, apurando o padrão temporal e se há um viés político nas construções de unidades escolares. Além disso examinar por meio das Regiões Administrativas se as implementações estão sendo adequadas com as necessidades por meio de variáveis de análises.

Um problema detectado na gestão pública, visando eficiência, é a gestão dos contratos celebrados, com relação aos prazos estipulados e suas execuções, com paralisações por problemas licitatórios, mas que não foram resolvidos e trazem custos diretos e indiretos para o Estado.

Ao analisar os dados no recorte dos contratos pode-se perceber um padrão temporal de quando as Ordens de Serviço são emitidas, com sua maioria voltada para os anos próximos das eleições, podendo mostrar como um fator de benefício político como discutido com os conceitos de “pork barrel” e “swing and core voters”. Mas ao se verificar de acordo com as últimas eleições para governador, por mais que a maioria das obras estivessem presentes em zonas eleitorais em que o governador eleito não possuiu maioria de votos, não pode ser conclusiva e enfática a mostrar uma relação de causalidade das mesmas. Tanto que nestes casos apontados algumas das obras estão paralisadas pois necessitam de uma nova licitação e até o momento da coleta de dados não havia sido solucionado, independente da quantidade de tempo que a mesma está sem nenhum avanço na construção.

Foi averiguado também uma discrepância na construção a partir de uma RA e com isso se viu a necessidade de verificar se a distribuição das unidades escolares estava condizente com as necessidades de cada região. De início foi utilizado um índice que relaciona a quantidade de habitantes em determinada região com a quantidade de escolas na mesma. Os dados serviram para mostrar que em determinadas regiões havia um número muito baixo de escolas perante a população que lá habita, mas ainda não era possível relacionar o porquê.

Logo, foi realizada uma correlação da faixa etária de cada região para analisar se a baixa quantidade de escolar em um determinado local estaria ligada as diferenças de perfis etários. Por mais que houvessem diferenças, as mesmas não eram grandes os suficientes para declararem tais diferenças.

Portanto, foi utilizada uma última variável para a análise e relação com o primeiro indica que foi a de renda per capita. A partir desta variável por região, foi possível identificar relações de altos índices de renda com uma baixa quantidade de escolas por regiões, além de mostrar pontos de melhora na distribuição com regiões de baixa renda, mas também com o número de unidades escolares para a quantidade de habitantes também baixas.

A pesquisa não objetivou esgotar o tema abordado. Entretanto, que possa servir de estudo para trabalhos seguintes mais abrangentes e que sirva também como base para análises futuras para os gestores públicos, visando uma eficiência em seus investimentos dos recursos públicos em uma área que é um direito social dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- AL-SAMARRAI, S. Achieving education for all: how much does money matter?. *Munich Personal RePEc Archive (MPRA)*, [S.l.], n. 118, 2002.
- AMES, Barry. (1995b), "Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in the Brazilian Congress". *The Journal of Politics*, vol. 57, no 2, p. 324-343.
- AMES, Barry. (2001), *The Deadlock of Democracy in Brazil*. University of Michigan Press: Ann Arbor.
- ARAÚJO, F. R. Projeto café do trabalhador como promotor de segurança alimentar e nutricional: avaliação da eficácia da unidade Natal-RN. Natal: UFRN, 2012. 151 f.
- ART. 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_212_.asp
- >
- Baião, Alexandre Lima. Emendas orçamentárias individuais: efeitos eleitorais, condicionantes da execução e qualidade do gasto público / Alexandre Lima Baião. - 2016. 121
- BARRAL, DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA. "Gestão e fiscalização de contratos administrativos" – Brasília: Enap, 2016. 117 p.
- BAUER, M.W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BRASIL, Constituição Federal de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- COX, GARY W. 2005. "Electoral institutions and political competition: coordination, persuasion and mobilization." Em: *Handbook of New Institutional Economics*, ed. Claude Menard and Mary M. Shirley. Dordrecht: Springer.

COX, Gary. "Swing voters, core voters and distributive politics" - Disponível em:
<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.76.7762&rep=rep1&type=pdf>
 >

DENSIDADES URBANAS EM REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL
 - Disponível Em:
http://www.codeplan.df.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/TD_22_Densidades_Urbanas_nas_Regi%C3%B5es_Administrativas_DF.pdf

DESPESAS POR ÓRGÃOS DO DISTRITO FEDERAL – Disponível em:
<http://www.transparencia.df.gov.br/#/despesas/orgao>

DI PIETRO, MARIA SYLVIA ZANELLA. "Direito privado administrativo" - São Paulo: Atlas, 2013. DINIZ, J. A.; MACEDO, M. A. S; CORRAR, L. J. Mensuração da eficiência financeira municipal no Brasil e sua relação com os gastos nas funções de governo. Gestão & Regionalidade, Santa Catarina, v. 28, n. 83, p. 5-20, maio/ago. 2012.

ESTATÍSTICAS ELEITORAIS DF 2014 POR ZONA ELEITORAL – Disponível em:
<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-df-resultados-das-eleicoes-2014-presidente-e-governador-por-zona-2o-turno>

FARENZA, Nalú. Políticas de assistência financeira da União no marco das responsabilidades (Inter) governamentais em Educação Básica. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), 2010.

GIL, ANTONIO CARLOS, Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

INFORMAÇÕES ELEITORAIS 2014 – Disponível em:
<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/eleicoes-2014>

JOEL DE MENEZES NIEBUHR. "Dispensa inexigibilidade de licitação pública", 4 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, (Coleção Fórum Menezes Niebuhr).

LANCASTER, Thomas D., (1986). "Electoral Structures and Pork Barrel Politics". Int. Polit. Sci. Rev. 7, p. 67–81.

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. - Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014 – Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>

- LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. – Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm>
- LINDBECK, A. AND J. WEIBULL. 1987. “Balanced budget redistribution and the outcome of political competition.” *Public Choice* 52:273–97.
- LINZ, Juan J. (1994) “Presidential or Parliamentary Democracy: Does It Make a Difference?”, in J. J. Linz and A. Valenzuela (eds.). *The Failure of Presidential Democracy: The Case of Latin America*. Johns Hopkins University Press: Baltimore, 3–87.
- MAINWARING, Scott. (1993) “Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil”. *Lua Nova*, vol. 28/29, p. 21–74.
- MAYHEW, David. (1974), *Congress: the Electoral Connection*. Yale University Press, New Haven.
- MELLO, CELSO ANTONIO BANDEIRA DE. “Curso de Direito Administrativo.” 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2004.
- MESQUITA, Lara. (2008), *Emendas ao Orçamento e Conexão Eleitoral na Câmara dos Deputados Brasileira*. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Universidade de São Paulo, São Paulo. 88p.
- O PERFIL DA JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL. CODEPLAN, 2016 – Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/O-Perfil-da-Juventude-do-Distrito-Federal-Uma-an%C3%A1lise-dos-dados-da-PDAD-2015-2016.pdf>>
- OECD (2016), “Education at a Glance 2016: OECD Indicators”, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.187/eag-2016-en>>
- PEARSON (2014), “The Learning Curve: Education and Skills for Life”
- POPULAÇÃO, RENDA E OCUPAÇÃO NAS UNIDADES DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL. CODEPLAN 2013. - Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/images/ESTUDO%20SOBRE%20UPT%201.pdf>>
- PORTAL DA LEI DO ACESSO À INFORMAÇÃO – Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/>>
- redistributive politics.” *Journal of Politics* 58:1132–55.
- SAMUELS, David (2002). “Pork Barreling Is Not Credit Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Sources of Personal Vote in Brazil”. *The Journal of Politics*, vol. 64, no 3, p. 845-63.

SANFELICE, Viviane (2010). Determinantes do Voto para Deputado Federal - Relação entre Emendas Orçamentárias e Desempenho Eleitoral. Tese (Doutorado em Economia) - Fundação Getúlio Vargas.

SENSO ESCOLAR DF 2017 - Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/censo-escolar-2017/>>

SIMIELLI, L. E. R. ; ZOGHBI, A. C. P. . Relação entre Investimento Financeiro e Indicadores Educacionais no Brasil. Meta: Avaliação , v. 9, p. 272, 2017.

SOUSA, M. C. S.; CRIBARI-NETO, F.; STOSIC, B. Explaining DEA technical efficiency scores in an outlier corrected environment: the case of public services in Brazilian municipalities. Brazilian Review of Econometrics, 2005.

UNIDADES ESCOLARES SENSO DF - Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2018/02/2017_cadastro_escolas_df_06jun18.pdf>

VEGAS, E.; COFFIN, C. When Education Expenditure Matters: an empirical analysis of recent international data. *Comparative Education Review*, [S.l.], v. 59, n. 2, p. 289-304, maio 2015.

ZONAS ELEITORAIS DF, Tribunal Superior Eleitoral– Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/cartorios-e-zonas-eleitorais/pesquisa-a-zonas-eleitorais>>